

Assembleia Municipal da Ribeira Brava

Ata Nº 06/2014

A
Almada
Silvia Almada

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
trinta de junho de dois mil e catorze

-----Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e catorze reuniu-se a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de João Luís Drumond Henriques, estando ainda presentes Sílvia Maria Almada Abreu como primeira secretária e João Abreu Gomes como segundo secretário.-----

-----Estiveram presentes pelo Partido Social-Democrata: José Armindo Pereira Pestana, Teresa Maria Corte Gonçalves, José Jorge Fernandes Ornelas, Luís Gaudêncio Fernandes, Horácio Ramos Ferreira, Carlos Ramos Andrade e José Gilberto Abreu Andrade e Lídia Mariana Teles de Abreu. Pelo Partido Socialista: Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Humberto Jorge Faísca Silva. Pelo Partido Popular: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Abreu Rodrigues, Manuela Jesus Gomes e Marco Nuno Correia Martins. Pelo Partido Trabalhista Português: Marco Nuno da Luz das Almas.-----

-----A deputada Teresa Maria Abreu do PS faltou à presente sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes os senhores João Batista Pereira Silva, Emanuel Higinio Fernandes, Jorge Manuel Faria Santos e Vítor Francisco Gomes de Abreu.-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente Ricardo Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, a senhora Vereadora Natália Rodrigues, o senhor Vereador Rui Gouveia e o senhor Vereador Rafael Sousa.-----

-----Pelas quinze horas e cinquenta e dois minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo conforme alínea c) número dois do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto dois – Apresentação, discussão e votação da proposta de recomendação de iniciativa do PTP para “Realização dos Jogos escolares no Centro Desportivo da Madeira” conforme artigo cinquenta e três da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

----- Ponto três – Apresentação, discussão e votação da proposta de segunda revisão

orçamental conforme alínea a) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze".-----

-----Ponto quatro – Apresentação, discussão e votação do projeto do Regulamento de apoio à Formação Académica Superior, conforme alínea g) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto cinco – Apresentação, discussão e votação do projeto do Regulamento Municipal de apoio ao Associativismo no Município de Ribeira Brava, conforme alínea g) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze-----

-----Ponto seis – Apresentação, discussão e votação do projeto de alteração ao Regulamento Municipal de zonas de estacionamento de duração limitada no Município da Ribeira Brava, conforme alínea g) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----Ponto sete – Apresentação, discussão e votação do relatório do Saneamento financeiro Municipal, conforme disposto no artigo oitenta e seis da lei setenta e três de dois mil e treze de três de setembro e número quatro e cinco do artigo quarenta da lei dois de dois mil e treze de quinze de janeiro.-----

-----No Período Antes da ordem do Dia procedeu-se à discussão da ata número cinco de dois mil e catorze. Colocada à votação a ata foi aprovada por maioria com uma abstenção do PS.-----

-----O Presidente da Assembleia informou os deputados acerca da correspondência recebida. Referiu o Encontro Regional de Presidentes de Assembleias Municipais, onde a Ribeira Brava não pôde estar presente, salientando que este encontro deveria abranger a Mesa de Assembleia e não somente o Presidente e o Primeiro Secretário.---

-----No período de Antes da Ordem do Dia o deputado Luís Pestana do CDS apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Ponto um – Proposta de recomendação às Juntas de Freguesia do Município para a celebração de um protocolo de vacinação antirrábica e identificação eletrónica canina com a SPAD – Funchal (Sociedade Protetora dos Animais Domésticos do Funchal). Ponto dois – Proposta para a elaboração, por parte do município, de uma campanha de sensibilização para o não abandono de cães e gatos.-----

-----Ponto um - Exmo. Senhor Presidente, o deputado Luís Alberto Almada Pestana, eleito pelas listas do CDS-Partido Popular à Assembleia Municipal de Ribeira Brava, vem, em conformidade com o disposto no artigo dez do Regimento Municipal e cinquenta e dois da lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, apresentar a proposta de constituição de um protocolo de vacinação antirrábica e identificação eletrónica coma SPAD – Funchal (Sociedade Protetora dos Animais Domésticos do Funchal). Tendo em consideração que a SPAD (instituição privada) é a única na Região Autónoma da Madeira que se dedica efetivamente à causa animal e não obstante que também é atualmente esta que gere o único Canil Municipal desta ilha, faz todo o sentido efetuar este protocolo com esta instituição. A campanha de vacinação antirrábica faz parte do Programa Nacional de Luta e Vigilância

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Epidemiológica da raiva Animal e Outras Zoonoses pelos Ministérios das Finanças, da Administração Interna e da Agricultura, do Mar e do Ambiente e do Ordenamento do Território pela Portaria numero duzentos e sessenta e quatro de dois mil e treze, de dezasseis de agosto. A raiva foi reconhecida e descrita por volta dos dois mil e trezentos anos antes de Cristo. Em cada ano esta doença mata mais de cinquenta mil pessoas e milhões de animais em todo o mundo. É uma doença provocada por um vírus da família Rhabdoviridae, género Lyssavirus. O vírus afeta o Sistema Nervoso Central, levando o animal à morte. O vírus encontra-se predominantemente na saliva dos animais infetados. A forma de contágio mais frequente é a mordedura por um animal infetado. Todos os mamíferos (incluindo o homem) podem ser infetados, ao contrário das aves, répteis e insetos. A raiva é endémica na América Central e do Sul, Ásia e África, não existindo em Portugal desde mil novecentos e sessenta. Apesar disso os portugueses podem estar expostos nas seguintes situações: - pessoas que viajam para as regiões do globo onde a raiva é endémica; - introdução ilegal de animais de estimação (mamíferos) provenientes de regiões infetadas; - através de deslocações com animais suscetíveis, não vacinados, para regiões infetadas. Medidas de controlo adotadas por Portugal: - obrigatoriedade de vacinação antirrábica a todos os cães com três ou mais meses de idade; - sequestros obrigatórios para cães, gatos e outros animais agressores, suscetíveis à raiva, durante pelo menos quinze dias; - obrigatoriedade de vacinação antirrábica e nalguns casos de titulação de anti-corpos, de acordo com o Regulamento número novecentos e noventa e oito de dois mil e treze, de todos os cães e gatos que entrem em território nacional; - não adoção de animais silvestres em casa; - cumprir as regras de circulação de cães e gatos entre países da União Europeia e fora dela (Reg (CE) número novecentos e noventa e oito de dois mil e treze). No que concerne à identificação eletrónica, é obrigatório a identificação dos cães entre os três e os seis meses de idade, nas seguintes condições: desde um de julho de dois mil e quatro nas seguintes categorias: a) cães perigosos ou potencialmente perigosos, tal como definidos em legislação específica; b) cães utilizados em ato venatório (caça); c) cães em exposição, para fins comerciais ou lucrativos, em estabelecimentos de venda, locais de criação, feiras e concursos, provas funcionais, publicidade ou fins similares. A partir de um de julho de dois mil e oito, torna-se obrigatório para todos os cães nascidos após esta data (decreto-lei número trezentos e doze de dois mil e três, de dezassete de dezembro). Registo na Junta de Freguesia: Após a identificação, há que efetuar o registo do animal, no prazo de trinta dias, na Junta de Freguesia da sua área de residência. Onde é necessário apresentar o Boletim Sanitário do animal e entregar o original (ou duplicado) da Ficha de Registo, ambos devidamente preenchidos pelo médico veterinário. O ato de registo consiste na introdução na base de dados nacional e Regional dos elementos de identificação do animal e do detentor que constam da Ficha de Registo. Licenciamento do cão ou gato na Junta de Freguesia: é obrigatório, mesmo que o animal não circule habitualmente na via pública ou que esteja "sempre preso no quintal". A mera

A

Silvius Pa

A

detenção, posse e circulação de cães carece de licença, requerida nas Juntas de Freguesia aquando do registo do animal, e que deve ser renovada todos os anos, sob pena de caducar. Ponto dois: É de fulcral importância sensibilizar os meios rurais, em particular, e a população em geral, para se estabelecer uma cultura de apoio e respeito aos animais e alertar que cada animal, enquanto ser vivo sensível e independente, tem um valor intrínseco, independentemente da sua raça. Para além de tudo o que possa estar contemplado na Legislação em vigor, um animal vale pela personalidade que tem, pela amizade e dedicação incondicional que é capaz de dar ao dono e pela vida de que é o único proprietário e que nos cumpre preservar pois, foram por Nós domesticados. Por isso, a aquisição de um animal tem de ser encarada como a entrada de um novo membro para a família humana. Tem que ser ponderada, refletida e para toda a vida. Daí que seja importante que a informação e sensibilização para a defesa dos direitos dos animais, não podendo ficar apenas pela sua recolha.”-----

-----Colocada à votação esta proposta do CDS foi aprovada por unanimidade.-----

-----Em declaração de voto o deputado Horácio Ferreira do PSD disse que o PSD concorda pois é uma questão que engloba a saúde pública, contudo deverão ter em conta os gastos inerentes.-----

-----O grupo municipal do PSD apresentou a seguinte proposta de recomendação: “No seguimento dos alertas, reivindicações e sugestões dos “Amigos do Calhau da Lapa” no Campanário e após pedido infrutífero da Junta de Freguesia e Câmara Municipal de Ribeira Brava, solicitando à Sociedade Ponta Oeste a disponibilização de um passadiço e um pontão flutuante (até seis metros) da Marina do Lugar de Baixo para afetar à melhoria da acessibilidade marítima ao Núcleo histórico e balnear do Calhau da Lapa no Campanário, o Grupo de Deputados Municipais do PSD na Assembleia Municipal de Ribeira Brava, apresenta esta proposta de recomendação à Câmara Municipal de Ribeira Brava, para diligenciar junto da Sociedade Ponta Oeste, entidade participada por este Município, no sentido de rever a sua posição formal e conceder o solicitado, a exemplo do ocorrido recentemente com pedidos oriundos de outros concelhos não abrangidos pela intervenção geográfica desta Sociedade pública. Esta solicitação, fundamenta-se no procedimento recentemente ocorrido em situações análogas com outras infraestruturas marítimas da Madeira, nomeadamente Machico, Santa Cruz e Câmara de Lobos, onde foram superadas dificuldades emergentes de acessibilidade com recurso a equipamentos que foram retirados da Marina do Lugar de Baixo, situada e sob tutela da Sociedade de Desenvolvimento Ponta Oeste, na qual a Ribeira Brava integra a sua constituição jurídica e área de intervenção. O cais existente no Calhau da Lapa, construído em mil novecentos e nove (ainda pela Câmara de Câmara de Lobos) e ampliado em dois mil e cinco (pelo Governo Regional da Madeira), sofreu por efeitos do mau tempo desde dois mil e seis, provocando uma redução do cais acostável de cerca de cinquenta por cento, dificultando muito significativamente o acesso marítimo, sendo mesmo impossível embarcar ou desembarcar em situações de maré baixa e agitação marítima mediana. A agravar esta

significativa limitação, para acedermos ao núcleo histórico e balnear do Calhau da Lapa, após o vinte de fevereiro de dois mil e dez, só existe uma vereda (pois a vereda da Vigia foi também atingida ficando inacessível e a aguardar a ordem de prioridade no âmbito da Lei de Meios) e o acesso marítimo pelo que resta do cais. Foi manifestada também a disponibilidade dos “Amigos do Calhau da Lapa” em cooperarem no transporte, instalação, vigilância e manutenção desta melhoria de acessibilidade, nomeadamente através da retirada destes equipamentos no final da época balnear ou quando as condições marítimas assim o exigam. Pela localização geográfica do Calhau da Lapa, situada na área de intervenção da SDPO, pelo facto do pedido ser muito contido no número de equipamentos solicitados, pela semelhança do pedido ter tido um deferimento para outros equipamentos de outros concelhos da Madeira não integrantes da SDPO, pelo facto do Município de Ribeira Brava integrar legalmente a SDPO, pela disponibilidade exemplar e voluntária do grupo cívico “Amigos do Calhau da Lapa”, e para que este pedido não configure uma discriminação grave do Campanário, que não foi alvo ao longo dos tempos de um único investimento dos muitos equipamentos e milhões de euros investidos pelas Sociedades de Desenvolvimento criadas na RAM, apelamos à intervenção da Câmara Municipal de Ribeira Brava para que se concretize no mais curto espaço de tempo para atender a esta época balnear, este pequeno pedido em equipamentos, mas grande em significado para o Núcleo do Calhau da Lapa na freguesia de Campanário, concelho de Ribeira Brava.”-----

-----A proposta apresentada pelo PSD foi aprovada por maioria, registando-se uma abstenção do CDS.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS congratulou a iniciativa do PSD, que vai ao encontro das aspirações do CDS.-----

-----O grupo municipal do PSD apresentou uma proposta de recomendação à Câmara Municipal de Ribeira Brava para diligenciar prioritariamente no sentido de resolver os equipamentos públicos inacabados, abandonados e vandalizados com mau impacto paisagístico e funcional na freguesia de Campanário: “ A freguesia de Campanário tem um conjunto de equipamentos e acessos públicos Municipais e Regionais abandonados ou inacabados há vários anos com um grave impacto negativo paisagístico e funcional na vida do Campanário. Tendo em conta que o Concelho comemora presentemente um século de existência e que a Freguesia de Campanário, comemorará no próximo ano de dois mil e quinze, cinco séculos de existência, seria muito apropriado o Município empenhar-se em resolver com carácter prioritário e de curto prazo, um conjunto de projetos de grande impacto na melhoria da funcionalidade, preservação do património e melhoria paisagística da freguesia de Campanário, projetos esses, que o próprio Município em tempos já apresentou aos Municípios e figura em vários compromissos eleitorais de diferentes representações partidárias. O Grupo de Deputados Municipais do PSD na Assembleia Municipal de Ribeira Brava, apresenta esta proposta de recomendação à Câmara Municipal de

A


X

Ribeira Brava no sentido de diligenciar prioritariamente para resolver os equipamentos Municipais com mau impacto paisagístico e funcional na freguesia de Campanário, especialmente: a) A zona da Antiga escola da Porta Nova no sítio do mesmo nome e nas imediações da Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho que realiza a sua festividade no último fim-de-semana de setembro, propondo o lançamento de concurso e execução do projeto da Praceta do Bom Despacho (já apresentado publicamente há vários anos, mas não concretizada). b) Que urgentemente tome as medidas necessárias à construção do troço final do Caminho da Chamorra de Baixo à estrada regional no Porto da Ribeira, dependente de uma pequena parcela doada e posteriormente cedida pela Paróquia de Campanário ao Município de Ribeira Brava permitindo a necessária ligação de cerca de cinquenta metros, garantindo simultaneamente o acesso viário à antiga Escola do Porto da Ribeira que se encontra abandonada, em degradação e com sinais de vandalismo, intervenção prevista pelo Município, a qual permitiria ganhos funcionais de acessibilidade enormes para os residentes das zonas envolventes, bem como a facilitação de uma intervenção de beneficiação e requalificação para fins sociais do ex-edifício escolar. c) Que diligencie junto do Governo Regional da Madeira para solucionar o edifício expropriado, abandonado e vandalizado, com péssimo impacto paisagístico conhecido pela "Casa do Alexandre" no sítio do Massapez junto ao acesso à escola do segundo e terceiro Ciclos de Campanário, aproveitando para requalificar para fins sociais este edifício."-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS em declaração de voto referiu que é importante não deixar os edifícios degradarem-se, disse que existem outras escolas no concelho ao abandono e que deveriam ser requalificadas.-----

-----O deputado Luís Almada do CDS felicitou a proposta do PSD, e salientou que deveremos dar nova vida aos edifícios degradados.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD na sua declaração de voto disse que o PSD sabe que a Câmara está a tratar destes assuntos, no entanto faltam ainda alguns pormenores; e que estas são obras de extrema importância.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS apresentou um Voto de Congratulação " O CDS-PP Ribeira Brava congratula-se pela realização do mercadinho do dia da mãe alusivo às comemorações do Dia da Mãe, uma vez que esta iniciativa vai ao encontro das nossas aspirações para a freguesia de Campanário".-----

-----O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD em declaração de voto congratulou o novo executivo pelo esforço demonstrado na dinamização da vertente cultural, sendo de enaltecer este mercadinho e outras atividades desenvolvidas pelo município.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS apresentou um voto de congratulação pela Bandeira Azul e pela Bandeira de Ouro da qualidade da água: " O CDS-PP Ribeira Brava representado nesta assembleia congratula-se pela obtenção da bandeira azul e bandeira de ouro da qualidade da água, pelo Município da Ribeira Brava. Em boa altura

o CDS-PP alertou para os detritos provenientes das obras da ribeira da Serra d'Água, que conspurcam a praia, a fauna marítima e produção agrícola. O CDS-PP espera que a Câmara Municipal da Ribeira Brava continue encetando todos os esforços na manutenção da bandeira azul e este galardão durante toda a época balnear, pois é de extrema importância, quer para a tranquilidade dos nossos residentes bem como para aqueles que nos visitam, no que a saúde pública diz respeito."-----

-----O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD referiu que é com satisfação que constata este voto de congratulação pois demonstra que o bom trabalho do executivo é visto por todos.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS fez um pedido de esclarecimento acerca dos avanços e recuos na marcação do evento Romarias da Madeira e em que medida a Câmara está a apoiar o evento.-----

-----O vereador Rui Gouveia explicou que o evento Romarias da Madeira é um projeto desenvolvido por pessoas ligadas ao mundo da música e o município associou-se por considerar ser uma mais-valia para o concelho. A Câmara apoiou o evento através da cedência do campo de futebol e com a montagem de um palco, palco este que foi pago através das barracas que estarão no local do evento. O evento foi alterado para dia doze de julho por questões logísticas.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou sobre o valor exato do palco, visto que o artista solicitou certas características no palco e luzes.-----

-----O vereador Rui Gouveia referiu que o palco irá ter oitenta metros quadrados e será cerca de mil e oitocentos euros mais IVA.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS questionou sobre a regularização do alcatrão na estrada regional; quando será concluída a obra na via expresso entre o antigo campo de futebol e os Bombeiros, que está à vários dias parada.-----

-----O Presidente da Assembleia alertou que a resposta da Direção Regional de Estradas sobre a regularização do pavimento na estrada regional foi enviada por email aos deputados municipais, e caso queiram consultar a documentação também está disponível nos serviços administrativos.-----

-----O Presidente do Município respondeu que a Direção Regional de Estradas informou que estão a tratar dos procedimentos para avançar logo que possível. Em relação à obra entre o campo e os Bombeiros irá ser restabelecida logo que a empresa responsável resolva uma situação logística.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou se a Escola Secundária da Ribeira Brava será reconstruída ou construída de raiz, gastou-se tanto dinheiro em elefantes brancos, como a Marina do Lugar de Baixo e agora não há dinheiro. Visto que o Presidente do Executivo tem sido visto com o Vice-Presidente da Região deveria perguntar-lhe. O deputado disse que a Câmara deverá fiscalizar os transportes escolares do município, para que as empresas que efetuem o transporte cumpram com todas as leis. Perguntou se as análises à água do mar foram feitas antes ou depois

A
ydey
Ribeira Brava

das obras na ribeira. O deputado referiu que as expropriações dos terrenos na obra da ribeira deveriam ser pagas antes das obras começarem.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento respondeu que anda com quem quiser, referindo que sempre que é convidado para eventos oficiais comparece, dentro das suas possibilidades. Em relação à Escola Secundária disse que o Conselho de Governo iria decidir onde a escola seria construída, no entanto numa conferência onde esteve junto com o Vice-Presidente do Governo este referiu que a escola seria reconstruída no mesmo local e que iria arrancar ainda este ano. A Associação de Municípios em parecer informou que é ilegal a Associação fazerem transportes escolares, a Câmara está a tentar solucionar a situação através do aluguer de carrinhas e através dos transportes públicos (em carreira pública). Com a articulação das carreiras públicas para transporte escolar dá-se um aumento das carreiras públicas que vem beneficiar a população. Fazer os transportes escolares em carreira pública não é a melhor situação mas foi a solução mais favorável. As análises à água do mar foram feitas em junho.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS referiu que os transportes escolares em carreiras públicas aumentam as carreiras públicas mas não são tão seguros para as crianças. Disse que os autocarros têm que ter mais de cinquenta por cento de população e o restante crianças, se assim não for já não pode ser considerado transporte público.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que não pode controlar os autocarros para saber a quantidade de crianças e de população que está num autocarro.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD disse que a Marina do Lugar de Baixo não faz parte do nosso concelho. Referiu que se a nossa praia tem bandeira azul é porque a água tem qualidade. Em relação aos transportes escolares em carreiras públicas o deputado deu o exemplo do sítio da Furna onde o transporte escolar em carreira pública funciona muito bem.-----

-----O período da Ordem do Dia teve início às dezasseis horas e quarenta e oito minutos.-----

-----Ponto um - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo conforme alínea n.º dois do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Presidente do Município informou que ao nível cultural o executivo está emprenhado, por exemplo no arraial de São Pedro irão ser vários dias de festa. Em relação à Bandeira Azul, há já quatro anos que a praia não tinha, este ano demonstra a excelência da praia. No Calhau da Lapa a Câmara executou obras de requalificação, fez um pedido à Ponta Oeste para que cedessem um passadiço para o Calhau da Lapa mas não foi aceite. O Governo está a analisar a situação da "Casa do Alexandre" em Campanário para aí criar um armazém. No que diz respeito à Escola do Porto da Ribeira a Câmara já entrou em contato com o Instituto de Habitação para aí fazer um espaço de habitação social. O executivo tem controlado a despesa, este ano amortizaram dois milhões de euros de dívida. O Presidente disse que o Ricardo

Nascimento que sairia em janeiro ainda anda por aqui.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse que a Câmara está mais recetiva para o alargamento das licenças no arraial de São Pedro. Referiu que apesar de não haver muito dinheiro deve-se aproveitar os edifícios existentes, por exemplo a Escola do Porto da Ribeira, e assim evitar que estes degradem-se.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou se a Câmara tentou ver preços para um passadiço para o Calhau da Lapa, visto que a Ponta Oeste não pôde disponibilizar.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que o executivo não viu preços noutras lugares.-----

-----Ponto dois – Apresentação, discussão e votação da proposta de recomendação de iniciativa do PTP para “Realização dos Jogos escolares no Centro Desportivo da Madeira” conforme artigo cinquenta e três da lei setenta e cinco de dois mil e treze.----

-----O deputado Marco Almas do PTP apresentou este ponto que foi iniciativa do seu partido solicitando que a edição de dois mil e quinze dos jogos escolares seja alargada ao concelho da Ribeira Brava e que a organização dos jogos considere que a abertura oficial dos jogos seja realizada no Centro Desportivo da Madeira.-----

-----Colocada à votação esta proposta foi aprovada por maioria, registando-se cinco abstenções do CDS.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD referiu que todas as propostas que vêm dar mais movimento à Ribeira Brava são positivas, no entanto neste caso a Câmara somente poderá fazer uma recomendação.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS referiu que o PS votou a favor porque esta proposta valoriza um local que é pouco dinamizado.-----

----- O deputado Marco Almas do PTP disse que a sua proposta consiste numa recomendação pois reconhece que a Câmara não tem poder sobre o local em questão.-----

-----Ponto três – Apresentação, discussão e votação da proposta de segunda revisão orçamental conforme alínea a) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze”.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que esta segunda revisão orçamental deve-se a uma entrada monetária relativa à intempérie do vinte de fevereiro, dinheiros recebidos pela Associação de Municípios da Madeira que deliberou quais os critérios para a distribuição do dinheiro pelos concelhos afetados.---

----- O deputado Horácio Ferreira do PSD referiu que é uma forma da Câmara gerar receita em prol dos munícipes.-----

-----A proposta foi aprovada por maioria registando-se seis abstenções do CDS e PTP.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD em declaração de voto referiu que todos deviam ficar satisfeitos com a entrada de dinheiro, mas não se viu isso nesta votação.--

-----Ponto quatro – Apresentação, discussão e votação do projeto do Regulamento

A
F
E
S
C
M
A
S

de apoio à Formação Académica Superior, conforme alínea g) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.

A Vereadora Natália Rodrigues referiu que este novo Regulamento tem algumas alterações, relativamente ao anterior: o valor a atribuir será afixado anualmente; os beneficiários do apoio que tenham um ou mais irmãos, terão uma majoração de vinte por cento no valor a receber; naturais ou residentes no concelho à mais de cinco anos serão apoiados; trabalhadores estudantes também serão apoiados; anteriormente o aluno deveria fazer trabalho escrito no final do curso, alterou-se para trabalho de voluntariado.

O Presidente da Assembleia determinou uma pausa de cinco minutos por questões logísticas.

Pelas dezassete e vinte e seis minutos a Assembleia reiniciou com a apresentação pelo PSD de uma proposta de alteração ao Regulamento de Apoio à Formação Académica Superior: "Ao abrigo da alínea b) do número um do artigo cinquenta e sete da seção III, propõem-se a alteração dos artigos abaixo indicados constantes no regulamento de apoio à formação Académica Superior, na seguinte forma e redação: 1 - Retirar do regulamento: - e) do artigo oito e a c) do artigo cinco. 2 - Alteração: - b) do artigo cinco - "Frequentar um curso superior"; - b) do artigo oito - Retirar o termo "prévio"; - número dois do artigo nove - retirar o texto final "bem como o pagamento de uma coima correspondente ao dobro do valor mensal atribuído".

A proposta foi votada globalmente e aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia referiu que a proposta apresentada pelo PSD e votada por unanimidade, assim sendo, já consta do documento final e que iria proceder-se à votação do Regulamento de Apoio à Formação Académica, já com as devidas alterações.

Colocado à votação o Regulamento foi aprovado por unanimidade.

O deputado Ilídio Almada do CDS referiu que o CDS votou a favor porque concordam com o apoio à formação e é uma mais valia para a população.

O deputado Horácio Ferreira do PSD enalteceu o esforço da Câmara num momento financeiramente complicado, referindo que não é um incentivo à natalidade mas sim um incentivo à fixação de jovens no nosso concelho.

O deputado Libardo Pereira do PS disse que o grupo municipal do PS apoia a medida pois é um incentivo aos jovens do concelho.

Ponto cinco – Apresentação, discussão e votação do projeto do Regulamento Municipal de apoio ao Associativismo no Município de Ribeira Brava, conforme alínea g) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.

O Vereador Rui Gouveia apresentou o Regulamento de Apoio ao Associativismo referindo que reuniu-se um grupo de trabalho onde se ouviram os vários dirigentes associativos do concelho. O Regulamento esteve em discussão pública e foi aprovado pelo executivo camarário. Este regulamento abrange todas as atividades culturais,

desportivas e socais, tendo mais critérios na distribuição dos apoios.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP apresentou uma proposta de alteração ao regulamento: "Ao abrigo da alínea b) do número um do artigo cinquenta e sete da secção III, propondo a alteração no Capítulo III, artigo número sete, ponto três, propondo a alteração do ponto para o seguinte formato: "Fique nomeada a comissão com representante pelo Município, pela Assembleia Municipal, pelas juntas de freguesia e pela Associação proponente ao apoio." Ao abrigo da alínea b) do número um do artigo cinquenta e sete da secção III, propondo a alteração no Capítulo III, artigo número dezoito, ponto três, sendo a alteração do ponto ficando neste formato: "Caso o valor total calculado para cada Associação não seja aplicado na íntegra nas diferentes rubricas previstas, não poderá o mesmo ser reafetado em outras rubricas mediante solicitação da associação e com a devida autorização do Presidente da Câmara Municipal."-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD disse não haver necessidade de fazer alterações ao regulamento, pois neste regulamento há uma boa distribuição dos apoios e uma boa gestão pela Câmara Municipal.-----

-----O grupo municipal do CDS solicitou uma pausa para conferenciar com os colegas de grupo.-----

-----O Presidente da Assembleia permitiu uma pausa de dois minutos.-----

-----Retomados os trabalhos a proposta de alteração apresentada pelo PTP foi colocada à votação, foi reprovada, com catorze votos contra do PSD.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS referiu que o PS votou a favor, pois esta alteração iria facilitar a vida das associações.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD referiu que poderia existir conflitos de interesses.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP votou a favor pois iria criar mais transparência ao regulamento.-----

-----O Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS referiu que o PS votou a favor porque este regulamento ajuda a dinamizar o concelho e a desafogar as contas das associações.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP solicitou uma nova votação, pois interpretou mal, a Assembleia aprovou que houvesse nova votação.-----

-----Colocado novamente à votação o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo foi aprovado por maioria com uma abstenção do PTP.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD ficou satisfeito pela aprovação do regulamento que irá beneficiar as instituições do concelho.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP absteve-se porque não concordou com a reprovação da proposta de alteração ao regulamento por ele apresentada, no entanto este regulamento é fundamental para o funcionamento das Associações do concelho.--

-----Ponto seis – Apresentação, discussão e votação do projeto de alteração ao

A
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

X

Regulamento Municipal de zonas de estacionamento de duração limitada no Município da Ribeira Brava, conforme alínea g) do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira referiu que algumas alterações foram feitas ao Regulamento Municipal de Zonas de Estacionamento limitado, nomeadamente: estipularam um prazo de pagamento de coimas nos estacionamentos; isenção para automóveis elétricos; pessoas com deficiência podem estacionar em qualquer zona; deixa de haver cartão para identificar o carro, o funcionário camarário através de um aparelho eletrónico conseguirá detetar se o pagamento do respetivo carro está efetuado; alterações nas taxas, com a diminuição dos valores a pagar.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues fez um pedido de esclarecimento questionando se o funcionário camarário é obrigado a colocar sempre o recibo de infração, referindo que sabe de casos que pensam ter um aviso e ao dirigirem-se à camara descobrem que têm mais avisos.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira respondeu que o funcionário tem que colocar o aviso de infração, mas que pode acontecer um aviso “desaparecer” do carro por vários motivos não inerentes ao município.-----

-----O deputado Humberto Silva do PS perguntou se não seria melhor enviar uma carta para o infrator depois de cinco avisos.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira respondeu que com a estipulação do prazo de pagamento das coimas poderá haver alterações nesse âmbito.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS questionou se o Vice-Presidente se referia ao ano civil.-----

-----O Vice-Presidente Marcelino Pereira responde que referia-se ao ano civil.-----

-----O deputado Marco Almas perguntou se a Câmara já pensou onde será o local de carregamento dos carros elétricos.-----

-----O Vice-Presidente disse que a Câmara já está a trabalhar nesse sentido.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD congratula-se pelo dinamismo do executivo, referindo que estamos a aprovar regulamentos que só vêm beneficiar os munícipes.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS enalteceu as alterações mas gostaria de ver mais situações contempladas: os carros híbridos também deveriam ser contemplados, os estacionamentos não deviam ser pagos ao fim de semana, os privados não deveriam pagar em prol dos comerciantes; deveriam baixar ainda mais os preços; estas medidas iriam beneficiar ainda mais a população.-----

-----Colocado à votação o ponto número seis foi aprovado por maioria, com cinco abstenções do CDS.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS disse que assim há mais justiça.-----

-----O deputado Ilídio Almada do CDS referiu que o CDS votou contra pois esta foi uma proposta apresentada pelo Vereador Rafael Sousa em reunião de Câmara e não foi aprovada pelo PSD e PS.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD saudou o executivo pelo esforço e pelas

alterações positivas para a população.-----

-----Ponto sete – Apresentação, discussão e votação do relatório do Saneamento financeiro Municipal, conforme disposto no artigo oitenta e seis da lei setenta e três de dois mil e treze de três de setembro e número quatro e cinco do artigo quarenta da lei dois de dois mil e treze de quinze de janeiro.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento referiu que desde o ano passado a Câmara está a pagar um empréstimo, solicitado há alguns anos à banca. Este empréstimo fez com que a Câmara conseguisse negociar com o banco a diminuição de encargos. Compete à Câmara entregar o relatório semestral de saneamento financeiro, no entanto este executivo não entregou dois relatórios, contudo este que apresentamos já engloba os relatórios em falta. O executivo reduziu despesas de pessoal, está a cumprir todas as normas, somente não subiu as taxas de IMI que deveriam ter subido para o máximo, todavia a receita do IMI prevista, no ano em que foi realizado o empréstimo, foi ultrapassada. No que diz respeito a receitas provenientes de águas, lixos e saneamento, a Câmara não está a ter receitas, mas também não tem despesas.-

-----O deputado Ilídio Almada do CDS questionou porque o relatório de saneamento não foi entregue em dezembro ao Tribunal de Contas, se houver uma fiscalização quem será o responsável por este atraso na entrega do relatório.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento disse que quando um deputado é eleito tem que saber a legislação. O relatório de saneamento deve ser entregue à Assembleia Municipal e não ao Tribunal de Contas.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS perguntou se não terá consequências no empréstimo devido à não entrega do relatório.-----

-----O Presidente do Município disse que ao entregar este relatório está a corrigir a situação e a cumprir com a lei.-----

-----O deputado Luís Pestana do CDS questionou a formação profissional dos funcionários camarários, pois verifica-se no atendimento ao público que a formação é escassa.-----

-----O Presidente Ricardo Nascimento explicou que a Câmara, normalmente não paga as formações aos funcionários, somente em situações pontuais, pois a maioria delas são gratuitas, pois recebem convites de instituições. Convocam os funcionários e fornecem o transporte para a formação.-----

-----Colocado à votação o ponto sete foi aprovado por maioria com um voto contra do PTP e nove abstenções do CDS e PS.-----

-----O deputado Horácio Ferreira do PSD em declaração de voto referiu que o PSD votou a favor porque o PSD reconhece no executivo honestidade e esforço para estar consoante a lei.-----

-----O deputado Libardo Pereira do PS disse que é importante a apresentação do relatório, mas o que aconteceu de positivo foi por influência do Governo Regional.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP em declaração de voto disse que existem muito juros a pagar aos credores, é uma forma de omitir a má gestão do PSD. Questionou

A

Ricardo Almada

sobre uma funcionária da Câmara, que exerce cargo de chefia, está de baixa e mesmo assim dirige-se várias vezes por semana à Câmara, com transporte e motorista facultados pelo Município.-----

-----O Presidente da Assembleia felicitou o público presente que assistiu à sessão da Assembleia.-----

-----No final da sessão, visto haver inscrições do público para intervir na sessão da Assembleia, foi dada a palavra ao senhor Sérgio Aguiar que referiu que no que diz respeito à transparência das contas das Associações, a Casa do Povo da Serra d'Água tem as contas auditadas, existe a possibilidade de transferência de verbas para outra rubrica, mas todos os valores gastos têm que ser justificados.-----

-----O Presidente da Assembleia referiu que as deliberações da Assembleia não estão a ser publicadas num jornal regional, como deveria ser realizado, sendo assim, solicita ao Executivo que regularize a situação.-----

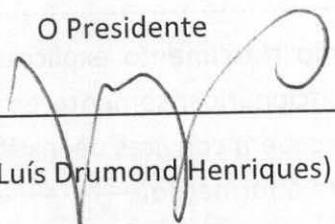
-----O Presidente da Assembleia determinou uma pausa de cinco minutos para finalização da redação da minuta.-----

-----Foi lida a minuta referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Colocada para votação a minuta foi aprovada por unanimidade.-----

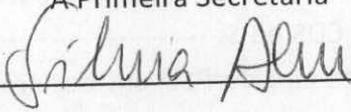
-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezanove horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Sílvia Maria Almada de Abreu, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente



(João Luís Drumond Henriques)

A. Primeira Secretária



(Sílvia Maria Almada Abreu)

O Segundo Secretário



(João Abreu Gomes)